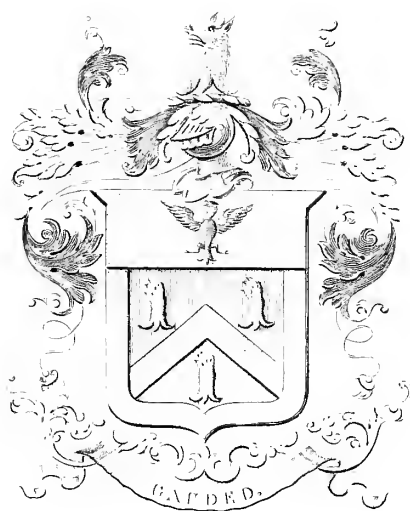


*Am Philoso Society*



John Carter Brown  
Library  
Brown University



1950-1951



*Publicada no Rio de Janeiro, Jan. 5. 1824*

## A C T A

*Que se lavrou em Conselho composto dos Cidadãos do Clero, Nobreza, e Povo a  
bem da tranquillidade da Provincia da Bahia. (1)*

AOS 17 dias do mez de Dezembro de 1823, nesta Cidade de S. Salvador Bahia de todos os Santos, e saíla do Palacio do Governo Provisorio da Provincia, onde se achava reunido o Conselho convocado pela Portaria de 14 do corrente, a requerimento da Camara desta Cidade, em consequencia da Representação que lhe fizeram muitos Cidadãos do Clero, Nobreza, e Povo, e composto do mesmo Governo, Camara, Empregados Publicos, Ecclesiasticos, Civis, e Militares, e Cidadãos illustrados, e zelozos do Bem Publico, todos abaixo assignados, para o fim de se tomar de commum accordo as medidas necessarias para manter a ordem, e tranquillidade desta Provincia, ha tempos perturbada, e agora assaz agitada pela noticia da dissolução da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa; sendo ali foi requerido, e unanimemente approvado, que o Sr. Presidente nomeasse dentre os Membros do Conselho, huma Commissão de oito pessoas illustradas, e prudentes, para apontar as referidas medidas, e sobre o seu parecer resolver o Conselho com acerto e regularidade: e então nomeando o Sr. Presidente para a requerida Commissão aos ex-Deputados desta Provincia Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Antonio Calmon du Pin e Almeida, o Dezebargador Antonio da Silva Telles, aos Doutores José Avelino Barboza, Antonio Policarpo Cabral, e ao Vigario Vicente Ferreira de Oliveira, aos quaes se reunirão o Coronel Governador das Armas Felisberto Gomes Caldeira, e os Commandantes dos Batalhões desta Guarnição, passou a dita Commissão assim composta, e augmentada, a cuidar no trabalho, que se lhe incumbia, entregando-se-lhe todas as representações, assignados, memorias, e votos por escripto, que fôrão e podessem ser presentes, ao Conselho mas não podendo a mesma Commissão dar nas horas que lhe restavão do dia, o seo Parecer, Sr. Presidente levantou a Sessão, e declarou, que o Conselho reunir-se-hia no dia seguinte ás 1 horas da manhã: o que com effeito foi verificado, e apresentando a Commissão o seo Parecer ás 3 horas da tarde, foi lido, e entrou em discussão, havendo muita ordem e sossego no Conselho, que alias hera numerozo; então depois de mui circumstanciantemente examinadas, e ponderadas as circumstancias extraordinarias, e assustadoras, em que se acha esta Provincia, onde infelizmente a segurança individual he a cada passo atacada por continuados motins e assuadas, e onde he quaze nenhum o respeito devido a todas as Authoridades Cons-

tituídas, em maneira que a cada momento se nos offeresse o horrivel aspecto da anarquia; e depois de penetrados todos os Membros do Conselho da forçoza, e, a certos respeitos, dolorosa necessidade de se adoptar em continente medidas energicas, que possão salvar a mesma Provincia, removendo todos, ou parte dos males, que ora pezáo sobre ella, sem esperar-se (como alias cumpria se outras fossem as circumstancias) positivas ordens, e deliberações do Ministerio Imperial, e de se pedir submissamente a S. M. I. algumas providencias, que sendo da maior importancia, para a salvação e prosperidade desta atenuada Provincia, podem todavia admittir, e sofrer a delonga necessaria, para o recurso á Corte Imperial, sem que nisso vá maior perigo. Accordou unanimemente o Conselho nas seguintes deliberações.

I. Que se declare irrita, nulla, e de nenhum effeito, como se escripta não fora, a Acta feita em Camara desta Cidade no dia 13 do corrente mez, por não se compadecer com a dignidade, e decoro desta Provincia, as expressões pouco reflectidas, que nella se escreverão, durante a effervescencia dos espiritos justamente abalados, e commovidos com a noticia da dissolução da Assembléa, devendo com tudo escrever-se no mesmo livro, aquella parte da sobredita Acta, em que se refere a representação feita á Camara pelos Cidadãos do Clero, Nobreza, e Povo, exigindo o chamamento dos 2 Deputados recém chegados, para darem o motivo de seu inesperado regresso, e a resposta, que estes derão pela qual se conseguiu a calma dos espiritos escandecidos, e perturbados pelos falços boatos que se havião espalhado pela Cidade a respeito daquelle extraordinario acontecimento. E para que isto se execute, o Governo da Provincia ordenará á Camara, que fassa riscar e borrar a mencionada Acta, de sorte que não possa ser lida em tempo algum, e mande eserever de novo a parte, que propriamente constitue a Acta, que como dito fica deve ser conservada.

II. Que se signifique mui respeitozamente a S. M. I. a profunda magoa dos Bahianos pela dissolução da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa, seguro liame, que juntava e reunia a grande familia Brasileira, derramada pelas diferentes Provincias do Imperio; e que todos os habitantes desta Provincia esperão, que S. M. I. saptisfaça, como cumpre á Sua Alta Dignidade, boa fé e Constitucionalidade, aos juramentos, que Elle, e todos os Brasileiros, tem solemne, e espontaneamente prestado, fazendo medrar o regimen Constitucional, e ap-

presentado com a maior brevidade o prometido Projecto de Constituição, duplicadamente mais Liberal, que o da extincta Assembléa, para que as Camaras interpondo o seu juizo, e transmitindo-o aos Deputados das respectivas Provincias, seja por estes approvado; removendo assim a desconfiança dos Povos, que ora se acha em extremo agulada. Finalmente que todos os Bahianos esperão igualmente que seu Augusto IMPERADOR já mais deixe de desempenhar a sua Imperial Palavra, de que nada queria de Portugal; e que por consequencia não consinta, nem sofra, que alguém se lembre de Confederação (pois que a união he absolutamente impossivel) com aquelle Reino.

III. Que os Bahianos agradecem cordealmente a S. M. I. o haver nomeado hum Ministerio, e Conselho d'Estado composto somente de Subditos nascidos no Brasil; lizongean-do-se de que S. M. firme neste proposito, digno de Sua profunda Politica e Sabedoria, não confiará os grandes cargos do Estado a Subditos nascidos em Portugal; e que ao mesmo tempo rende a S. M. I. as dividas graças por Haver mandado expulsar do Imperio a alguns mãos Portuguezes rezidentes na Corte, fazendo-se mui necessario que uma tal medida seja extensiva a todos aquelles que como os expulsos se tem mostrado e mostrão inimigos do Imperio.

IV. Que todos os Habitantes desta Provincia supplicão mui submissamente a S. M. I. que se Digne restituir os Deputados prezos e expulsos do Brazil ao ceo de suas respectivas Provincias; Havendo por bem, de ao mesmo tempo ter consideração pelo Deputado eleito Barata, cujas asserções immoderadas herão mais filhas de seu patriotismo exaltado, que de maldade de seu coração; e bem assim que S. M. I. Haja por bem de obstar ao mal certo, que deve rezultar do Decreto de 24 de Novembro, que manda conhecer devassamente dos ultimos acontecimentos, e do Edital do Intendente Geral da Policia de 20 do mesmo mez, que admite denúncias em segredo pois que a fatal experiencia da Portaria de 11 de Dezembro do anno passado que continha materia edentica nos agoura terriveis consequencias da execução do predito Decreto, e mais ainda do Edital.

V. Que se suplique a S. M. I. que se Digne de nomear para esta Provincia os Empregados Publicos, que lhe faltão, como sejam Chancelier, e tres Aggravistas para a Relação, Ouvidor para esta Comarca, e para as outras da Provincia, e Juizes de Fora para as Villas que os não tem; por quanto a falta de Empregados Civis não deixa de ser uma das com causas da desordem, em que se acha esta Provincia: devendo toda via recahir aquella nomeação tem Subditos nascidos no Brazil, e nunca em Portugal.

VI. Que se possa instantemente a S. M. I. que Haja por bem fazer retirar desta Cidade para a Europa as duas Communidades Religiozas dos Carmelitas descalços, e dos Mis-

sionarios Apostolicos, Vulgo Barbadinhos, fazendo logo applicação dos Conventos de ambas, e dos bens, que a primeira possui nesta Provincia; por quanto os membros de taes comunidades são estrangeiros nossos inimigos, que nos fizerão a guerra no Campo da Batalha, no Pulpito, e confissionario, e sua existencia nesta Cidade, ou he perigoza, ou he nociva.

VII. Que para o fim justissimo de promover-se a tranqulidade desta Cidade e Provincia, e poupar as vidas, e dar socego aos Portuguezes honrados e pacificos, que hoje são Cidadãos Brasileiros, se faz necessario, que sejam retirados desta Provincia, athe que Portugal reconheça solememente a Independencia e o Imperio do Baazil, 1.º todos os Portuguezes prezoneiros de guerra, que forão mandados para aqui pelo Primeiro Almirante Marquez do Maranhão, entre os quaes se comprehendem os Frades de Jerusalem: 2.º alguns Portuguezes solteiros, e perversos, e tambem alguns Brasileiros, que nos fizerão a guerra, servindo de voluntarios nos Batalhoens Luzitanos, e por outros modos, e cuja existencia nesta Cidade se alega como cauza dos motins e assuadas, que tanto a perturbão, comprehendendo-se nesta classe alguns Frades de diferentes Ordens Religiozas: 3.º alguns Portuguezes cazados, mas que não tem filhos, os quaes apesar da magoa, que nos cauza a idea da separação de suas mulheres, he com tudo certo, que sem a sahida delles continuará a desordem publica, sendo necessario advertir aqui, que alguns outros cazados são ponpados em attenção ás suas numerosas familias, e educação de seus innocentes filhos Brasileiros, que são em verdade motivos bem dignos de excitar a piedade dos generozos Bahianos.

VIII. Para o mesmo fim, e pelas mesmas razoes sejam retirados desta Provincia os Militares Portuguezes, que achando-se ao serviço della tomáráo o partido inimigo, e nos hostelizarão: e sejam dinnitados do serviço da Provincia os Officiaes Brasileiros, e alguns Portuguezes cazados, e honrados de filhos, que se bandeirão para o inimigo, e nos fizerão guerra: quanto porém a aquelles Officiaes Militares, quer Brasileiros, quer Portuguezes, que ora são Cidadãos Brasileiros, que permanecem nesta Cidade, durante a sua occupação pelo General Madeira, não se evadindo para o Reino: e se unirem ao Exército Libertador, mas que não consta, que tomassem armas contra nós, sejam metidos em Conselho de guerra, precedendo Conselho de investigação, que servirá de corpo de delicto, para o fim de que sendo justificados se lhes dê destino, comprehendendo-se nesta disposição aquelles Officiaes prezos pelo General Madeira, que forão recolhidos do serviço pela Commissão Militar criada pelo Commandante em Chefe Lima: finalmente que se dê baixa na Thezouraria todos os Militares desta Provincia, que acompanháráo as Tropas Luzitanas para Portugal.

IX. O Governo Provisorio para effectuar

determinação comprehendida na deliberação. 7.<sup>a</sup> mandando sahír com a brevidade que for possível em Navios Estrangeiros, ou Nacionaes aos individuos constantes da rellação N.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup>, que sendo lida houve sobre ella discussão, em que se fizeram algumas emendas, e se produzirão factos criminozos, que contra elles havia; agando á custa da Fazenda Publica a passagem daquelles, que forem pobres, e dando sómente Passaporte aos que forem ricos, os quaes exiarão Procuradores bastantes, para lhes cuidar de suas cazas, e negocios, e verificar a passagem de seos fundos, para onde quizerem, quando não pertendão regressar depois do reconhecimento da Independencia, e por isso seos bens ficão izentos de sequestro.

X. O Governo das Armas fará igualmente efectiva a determinação comprehendida na deliberação. 8.<sup>a</sup> declarando dimittidos, ou em Conselho aos individuos, constantes da lista N.<sup>o</sup> 2, que sendo igualmente lida, e entrando em discussão, soffreo tambem algumas emendas, produzindo-se, como a respeito dos primeiros, os factos criminozos.

XI. Sendo certo que nada contribue tanto para socego e bem ser dos Povos como as ideias, que nelles incutem os Escriptores do dia, ou os authores de folhas avulsas, pois que dirigem a opinião publica a seu arbitrio, e sendo absolutamente necessario que haja hum correctivo para os abusos, em que podem cahir os pretitos Escriptores, fazendo-os conter nos limites do justo, e honesto, cumpre que se restabeleça nesta Cidade o Tribunal dos Jurados para a verdade da Imprensa, do modo que foi criada o anno de 1822, a fim de que os interesses defendidos da Nação, ou de cada hum dos Cidadãos em particular encontrem nelle a justa e necessaria vindicta: e isto athe que a Constituição marque positivamente a norma, por que se deve regular a Imprensa, ou dê remedio legal para cohibir a licença de escrever, sem-re odioza, e neciva.

XII. Que o Governo Provisorio tenha a maior vigilancia sobre a conducta dos Empregados Civis, principalmente na Repartição de Justica e Fazenda, punindo mui severamente, e encontinente, sem esperar rezolução do Ministerio Imperial (que alias seria absolutamente necessaria a não se comprometer com delonias, na crize actua a salvação da Provincia) todo aquelle dos referidos Empregados, que for convencido de prevaricação, e omissoens, e assaz tem contribuido para reduzir esta Provincia ao desgraçado estado, em que se acha.

XIII. Que haja neste porto huma Embarcação de Registo bem tripulada, e confiada a um zeloso Official, para que examine as pessoas, que entrão, e sahem desta Provincia, e quanto convem occorer ao abuso, que tem havido de entrarem, e sahirem individuos pezozos sem passaporte.

XIV. Que o Governo Provisorio fassa quantos organizar a Proposta dos Officiaes da primeira, e segunda Linha desta Provincia,

excluindo della aquelles Officiaes, que para isso derem justificados motivos, e tendo em vista em consideração o serviço da Campanha: e offerecella immediatamente á approvação de S. M. I.; por quanto he evidente, que a incerteza, em que estão os Soldados de que aquelles, que servem de seus Officiaes o cerão, ou não, tem grande parte na falta, que ha, de disciplina, alem de tirar aos mesmos Officiaes a necessaria energia, para manter a subordinação, cuidando o Governo com preferencia na final, e perfeita organização dos Batalhões de Melicia, nos desta Cidade, Torte, Pirajá, Itajurica, Jaguaripe, e Valença, pelo bem, que disso deve rezultar ao socego, e segurança do Reconcavo, e costas da Provincia.

XV. Que o Governo Provisorio de mãos dadas com o Governador das Armas cuidem em deencravar as pessoas de Artelharía, que ainda o estiverem nas Fortalezas, e pontos de defeza desta Provincia; em fazer reparar, e construir de novo outras Fortificações, incluzive as Barcas Canhoneiras, a fim de que se possa obstar a qualquer tentativa de Portugal; por quanto pelas ultimas noticias de Lisboa consta, que ali se fazem preparativos para hum Expedição naval, recrutando-se Soldados para engrossar o Exercito, já Commandado pelo Marechal Beresford, e adestrando-se os Corpos no exercicio de Cassadores, para os habilitar para a guerra na America.

XVI. Que haja em cada Batalhão da Primeira Linha da Guarnição desta Cidade hum contingente de Soldados escolhidos por sua disciplina, e morigeração, e despençados de todo outro serviço para se occuparem da policia da mesma Cidade, sendo cada hum dos Piquetes, ou contingentes commandados por Officiaes de conhecida probidade, e todos subordinados ao Official superior, que for encarregado da mesma policia: pelo que o Batalhão N.<sup>o</sup> 4 que era se occupava della, entrará no serviço da Guarnição, como os outros Batalhões que sendo compostos de Soldados bons, e maus não podem de persi desempenhar tão importante commição.

XVII. Que para se manter a ordem em algumas Villas, e Povoações do Reconcavo, onde infelizmente tem havido assuadas, o Governador das Armas de accordo com o Governo Provisorio mandará para aquellas, em que for mister, hum Destacamento de Soldados escolhidos da Primeira Linha, e commandado por hum Official prudente e probo, o qual juntamente com o Commandante das Milicias da Villa, ou Povoação tomarão a requisição da Authoridade Civil, que nella houver, todas quantas medidas forem necessarias para guardar a ordem: ficando assim o Commandante do Destacamento, como o das Milicias, responsaveis por qualquer assuada, ou motim, que por sua omissão houver: igualmente serão retirados a Juizo, e por ordem da Authoridade Civil, Camara, Capitão Mór, e Commandante das Milicias collectivamente das mencionadas Villas,



e Poavações aquelles Portuguezes mais, cuja existencia nellas se reputa cauza das dezordens, remetendo-os em custodia ao Governo, que lhes dará o destino, que setem dado a outros.

XVIII. Que o Governador das Armas recomende debaixo da mais stricta responsabilidade aos Commandantes dos Batalhões a disciplina, e subordinação dos seus Soldados, não poupando occasião de os castigar por suas faltas, e delictos, e fazendo-os occupar em frequentes, e aturados exercicios, unico meio de os adestrar, e conter.

XIX. Que se não dê posse, e exercicio a subdito algum nascido em Portugal, que vier despachado para esta Provincia, sem que primeiro se represente submissamente a S. M. I. os ponderozos motivos, que houverem para se não cumprir o Despacho, a fim de que o mesmo Augusto Senhor se Digne de o revogar.

XX. Que o Governo Provisorio faça levar a presente Acta á Augusta Presença de S. M. o

Imperador, em testemunho dos sentimentos desta Provincia, que será constantemente firme nos principios da Monarchia Constitucional, que tem proclamado, e jurado, a fim de que S. M. I. se Digne de dar as providencias, que submissamente lhe rogamos, e de conhecer a absoluta necessidade, que tinhamos de tomar incontinentemente as medidas aqui estabelecidas. E ben assim, que o mesmo Governo proclame immediatamente aos habitantes desta Provincia, segundo o espirito das Deliberações tomadas finalmente que seja a mesma Acta registada no Livro, que serve para as da Camara desta Cidade, sendo depois de impressa remetidos os exemplares della, a cada huma das Camaras da Provincia para sua intelligencia.

( Seguião-se as listas N.º 1, e 2 referidas nas deliberações setima, e oitava, e a seguinte declaração. )

*Seguião-se muitas Assignaturas; do Governo, Camara, Relação, Empergados Civis e Militares, e mais Cidadãos.*

(1) Extrahido do Independente Constitucional N.º 79 de 22 de Dezembro de 1823.



1823  
Sr. Redactor.

Como o estado, em que flutuão as noticias de Pernambuco, tem feito vacilar-se nesta Côrte, sobre quaes serão as verdadeiras; nada parece mais claro para demonstrar os crimes da celebre Junta Provisoria, do que a Representação seguinte; que foi feita por hum prezo, de nome Jacinto Moreira Severino da Cunha, e apresentada á mesma Junta.

### REPRESENTAÇÃO.

Illustrissimos Excellentissimos Senhores.

**N**ão ha mais digno de admirar-se, do que a energia, com que tem marcado esta Junta as providencias para acautellar os males desta Província; providencias taes, que em lugar de porem termo ás rivalidades, pelo contrario, ellas só tem servido de dispor os animos para se dissolar a nossa cara Patria nos impulsos terriveis da mais sanguinolenta guerra civil. E quem serão, Senhores, os concorrentes de tão irreparavel damno? Monstros imperceptiveis aos simplissimos conhecimentos d'essa Junta; que com sentimentos d'aristocratas tem-se introduzido nos negócios da Província á titulo de bons Cidadãos, para simentarem o veneno, que conservão nos seus impuros corações. E d'esta forma continúa progressivamente entre os Cidadãos a discordia, a irritação de animos, e a desunião, thé que de huma vez se finem as forças moraes, unica baze, que a fazião respeitar. E será possivel, que essa Junta queira de proposito ver a Província exalar os ultimos suspiros? Não, Excellentissimos, Reforma, reforma. E vejão VV. Excellencias que correm a precipitar-se no abismo o mais profundo.

Esse Governo nenhuma medida tem tomado, que não seja infringindo as Leis civis, as Leis patrias, e o direito das gentes.

A infracção das Leis sempre foi perigosa em todos os seculos: ella tem sido a destruição dos Thronos, dissolações das Cidades, a estragação dos costumes, e o desmancho das Sociedades.

Costumes, Sociedade, e Lei, são que sustentão, como Colunas equilibradas, o pezo de huma Monarchia, Demolidas estas pelo pouco zelo dos Representantes do Imperante, já mais se podem ellevar ao seu antigo auge; porque o estampido do seu abatimento faz bambolear athé os alicerces.

Queirão portanto VV. Excellencias analysar o principio d'este exbôco com a mais seria reflexão que d'elle colherão os mais sólidos principios de moralidade; que talvez sirvão de modelo, ou regra para se dirigirem nas actuaes commoções. E como seja livre á qualquer Cidadão manifestar os seus sentimentos com conhecimento de causa; permita esse Governo, que se-lhe classifiquem os abusos, á que se tem proposto em abandono da Lei.

Esse Governo illudido de servís adulladores, e aristocratas, desligou-se do Governo das Armas, de quem se não devia desassociar. Eis o principio da desgraça da Província: e impollado o germen da discordia, rebentou em a guerra civil, plantada por essa mesma

73-341 A  
CB  
P8539  
1810  
1  
1-SIZE  
V.1

seu poder todas as Attestações necessárias de boa conducta, exacção, e prestimo durante o seu emprego na Secretaria da Intendencia, como Official e Interprete; e que se requereu a Demissão do Lugar, foi por lhe parecer desairoza a conservação de hum Lugar Publico aonde elle foi tratado tão mesquinamente, tendo sempre cumprido os seus Deveres, e sujeitado-se até a servir lugares que jámais lhe poderiam pertencer.

### REQUERIMENTO.

SENHOR.

**D**iz Luiz Sebastião Fabregas Surigué, que achando-se desde 19 de Agosto de 1823 empregado em a Secretaria da Intendencia Geral da Policia na qualidade de Interprete e Official della, e tendo servido desde o seu ingresso até meado do mez de Maio proximo passado, teve então o grave desgosto, e desairoza semsaboria de se ver quasi que insensivelmente envolvido na embrolhada que deo occasião á Portaria do Ministerio da Justiça de 19 de Maio de 1824, que por isso que já foi levada á Augusta Presença de V. M. I., torna inutil nova exposição, visto que nella teria o supplicante de replicar contra a maneira pouco decente, e menos liza com que se procurou indispor o Animo de V. M. I. contra o supplicante: E como que em huma tal situação, e á vista da educação do supplicante, e sua constante conducta, se torna inconsistente com o seu modo de pensar, e de orçar as vantagens e interesses desta vida, continuar a servir no Lugar onde teve de experimentar tão sensivel dissabor; — Pede a V. M. I. Se Sirva Ordenar se lhe dê demissão do Lugar de Interprete e Official da Secretaria da Policia, Lugar nunca por elle requerido, e que lhe havia sido conferido pela mui reconhecida concorrência de circumstancias, de prestimo, e boa conducta, reservando-se o direito de se offerecer a V. M. I. para bem do Serviço Nacional, e na extensão das suas forças, protestando humildemente contra a maneira verdadeiramente desabrida, com que se procurou agravar na Presença de V. M. I. hum simples desforço contra o augmento de Serviço Oneroso e com clausulas desairosas, como se jámais fosse, ou tivesse sido necessario, estimular o supplicante no desempenho de seus deveres, desempenho não só publico e notorio, como attestado pelas Autoridades com quem lhe coube servir. Roga, por tanto, a V. M. I. Se Digne Ordenar se dê ao supplicante a demissão requerida. E R. M.

Luiz Sebastião Fabregas Surigué.

RIO DE JANEIRO 1824. NA TYPOGRAPHIA DE TORRES.



